

# O Brasil e alguns indicadores de abertura

No artigo “Brasil: fim da restrição externa?”, publicado na edição de março desta revista, enumerei alguns fatores pelos quais não se pode dizer, a despeito de algumas estatísticas positivas ocorridas recentemente (superávits no balanço de pagamentos em conta corrente nos três últimos anos e uma relação dívida externa líquida sobre exportações passando de 3,8, em 1987, a 1,0, ao final de 2005), que a restrição externa ao crescimento da economia brasileira tenha chegado ao fim. Estamos longe disto.

Um dos fatores citados para justificar tal posição foi a reduzida abertura da nossa economia. Em particular, uma baixa relação entre as exportações e importações e o Produto Interno Bruto (PIB) restringe o crescimento porque faz com que o país se beneficie bem menos do que poderia, e do que se beneficiam outras economias que com o Brasil competem, dos ganhos de comércio. Este artigo concentra-se sobre tal ponto.

Para caracterizar o grau de abertura, vários são os critérios possíveis, ainda que sempre arbitrários e de racionalidade econômica discutível. Concentrar-me-ei aqui em dois dos mais usuais: a razão entre importações mais exportações de bens e serviços (X+M) e o PIB; e a razão entre as receitas totais do balanço de pagamentos em conta corrente (em inglês, usa-se a sigla CAR para denotar *Current Account Receipts*) e o PIB.

Antes de passar à análise dos números, cabe uma ligeira discussão sobre cada um destes indicadores. Em primeiro lugar, como exportações mais as importações, bem como o total das receitas correntes, são medidos em dólares, e o PIB em reais, ambas razões dependem da taxa de câmbio. Uma forma de neutralizar tal influência se dá pela análise de uma série de tempo suficientemente longa, para que oscilações



**Rubens Penha Cysne\***

Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV

cambiais de curto prazo não levem a uma análise viesada. Neste artigo, faço isto apenas com a estatística CAR/PIB. Para isto, seleciono um grupo de países, retrocedendo a análise dos dados a 1990. Para a variável (X+M)/PIB o objetivo foi trabalhar com um conjunto mais amplo de países, caso no qual a obtenção de estatísticas pretéritas fica mais dificultada.

**Manipulação** — Um segundo problema na utilização destas estatísticas diz respeito ao fato de ambas poderem ser afetadas por trocas unilaterais sem significado econômico (as chamadas de “trocas de chumbo”). Por exemplo: no limite, dois países podem elevar simultaneamente suas importações e exportações apenas por simples manipulações contábeis, cada um simultaneamente exportando e importando a mesma mercadoria. Numa versão mais realista, isto se daria pela exportação e importação simultânea de bens muito semelhantes (cores ou modelos diferentes, por exemplo), movidas por incentivos fiscais em cada país. Nos dois casos o numerador de cada uma das estatísticas às quais nos referimos acima se eleva, sem que o denominador se mova.

Tais coeficientes ((X+M)/PIB e CAR/PIB) costumam também ser criticados pelo fato de numerador e denominador estarem de certa forma correlacionados, tendo em vista que as exportações são um dos componentes do produto. Uma alternativa no caso costuma se dar pela utilização, no

**Tab. 1 – Exportações mais importações sobre o PIB**

País	Ab.	País	Ab.	País	Ab.	País	Ab.
Hong Kong	383,1	Latvia	110,0	Polônia	74,4	Rússia	58,7
Malásia	222,9	Papua Nova Guiné	101,9	Chile	73,0	Nova Zelândia	58,4
Estônia	174,5	Costa Rica	101,0	Noruega	73,0	Reino Unido	56,1
Bélgica	172,1	Áustria	100,4	Canadá	72,3	Espanha	56,0
Eslováquia	161,7	Ucrânia	100,0	Finlândia	72,0	África do Sul	55,7
Malta	160,7	Kazaquistão	98,3	Tunísia	71,1	Grécia	54,5
Tailândia	148,9	Israel	97,2	El Salvador	70,5	França	53,6
Irlanda	145,6	Chipre	96,7	China	70,2	Itália	52,7
Vietnã	145,3	Filipinas	96,3	Portugal	66,0	Índia	45,2
República Tcheca	143,5	Kuwait	95,3	Panamá	64,0	Argentina	43,9
Bulgária	138,2	Dinamarca	94,0	Egito	63,6	Peru	43,8
Hungria	136,7	Suécia	89,5	Indonésia	63,0	Colômbia	43,7
Noruega	134,2	Suíça	89,2	Venezuela	62,3	Austrália	40,2
Taiwan	134,2	Coréia do Sul	82,5	México	61,1	Libano	38,2
Eslovênia	123,0	Romênia	81,0	Turquia	60,9	Brasil	33,6
Lituânia	118,8	Alemanha	75,4	Equador	59,4	Japão	27,2
Croácia	115,7	Islândia	74,4	Uruguai	59,2	Estados Unidos	26,6

Fonte de Dados: FMI e Banco Mundial. Elaboração própria.

denominador, dos totais internacionais para todos os países para os quais há estatísticas disponíveis, seja de importações mais exportações, ou das receitas correntes. Não utilizaremos tais estatísticas aqui, mas as conclusões seguem na mesma direção.

A tabela 1 dispõe a relação  $(X+M)/\text{PIB}$ , relativa a 2005, para um grupo de 68 países:

Observa-se claramente que o Brasil ocupa a antepenúltima posição na tabela, superando apenas o Japão e os Estados Unidos. Os Estados Unidos costumam aparecer como um ponto fora da curva (*outsider*) em várias análises comparativas internacionais, não sendo um bom parâmetro de comparação.<sup>1</sup> Sua baixa inserção no comércio (último lugar entre os países listados na tabela 1) costuma ser justificada pelas dimensões continentais e pelo grande aproveitamento de vantagens comparativas simplesmente através do comércio entre estados.

O caso do Japão evidentemente não permite explicar a baixa relação  $(X+M)/\text{PIB}$  (a qual tem variado entre 18,6% e 24% do PIB desde 1997) com base na dimensão territorial. Há, entretanto, conhecidas dificuldades dos demais países seja em exportar ou em fazer investimentos diretos no Japão.

O Brasil aparece em terceiro na escala dos países menos abertos, dentre os 68 países citados. Isto se deve em parte ao longo período de políticas de substituição de importações. Estas tiveram origem em meados dos anos de 1950, com a indústria automobilística, atravessaram as décadas

## O Brasil é um dos países com menor abertura econômica, culpa, em parte, do longo período da política de substituição de importações

de 1960, 1970 e 1980, através dos planos de desenvolvimento, e de certa forma permanecem até hoje em alguns setores, ainda que de forma mais tímida.

As políticas de substituição de importações levaram a fatos positivos e negativos, não sendo o objetivo aqui fazer uma análise crítica das mesmas. Cabe apenas observar que hoje a interação internacional é muito maior, mais necessária e mais adequada ao Brasil (em particular devido ao sistema cambial flexível perseguido desde 1999), devendo o nosso país adaptar-se aos novos tempos.

A Tabela 2 apresenta os números relativos à relação entre o total das receitas correntes do balanço de pagamentos e o PIB, agora para um número selecionado de países e retrocedendo a 1990:

Repetindo as conclusões da análise anterior, os dados permitem observar que a posição do Brasil, no que diz respeito à abertura de sua economia, tem sistematicamente se revelado aquém dos demais países.

**Planejamento** — Na história econômica brasileira recente, o termo “planejamento econômico” passou a ter uma acepção negativa em alguns setores intelectuais, parte por sua associação aos planos do regime militar, parte pela constatação que a máquina do Estado em geral não é eficiente o bastante para conferir-lhes realidade. Trata-se, entretanto, como mostra a reconstrução das economias alemã e japonesa após a II Guerra Mundial, de uma percepção não necessariamente correta. Tem sido em parte a falta de planejamento realista de longo prazo, com uma visão menos míope em algumas áreas, particularmente a fiscal e social, que tem condenado o país a um baixíssimo crescimento desde o início dos anos de 1980, bem como à violência urbana e à desorganização social.

Para elevar a participação do Brasil no comércio exterior é necessário não apenas orquestrar rapidamente com o setor privado uma estratégia, mas também garantir a existência, no setor público, de instituições que permitam a sua plena implementação, aí incluídos o controle e a continuidade. Tal processo, entretanto, não deve ser motivo para inércia ou morosidade.

Reduzir tarifas, cotas, custos burocráticos de importação e restrições ao fluxo de capitais para o exterior é no momento economicamente defensável. Tais medidas exercerão pressões altistas sobre a moeda estrangeira de referência (dólar), fomentando as exportações e, através destas, as inovações tecnológicas. Mas este passo deve ser acompanhado de outros, que permitam ao país usufruir os benefícios congêneres obtidos através das negociações internacionais de praxe. ▣

Tab. 2 – CAR / PIB (%)

	Período 1 (1990-1994)	Período 2 (1995-1999)	Período 3 (2000-2004)	2004	2005
Índia	10,4	13,9	17,3	18,4	23,4
Brasil	9,8	8,9	15,9	19,5	17,1
Austrália	19,1	21,4	22,4	20,6	21,9
Peru	14,6	16,5	20,4	24,3	27,7
Colômbia	20,3	16,0	23,5	25,2	23,5
África do Sul	23,2	25,7	31,1	28,3	27,1
Turquia	19,4	28,8	32,6	31,4	30,0
México	18,4	33,5	31,2	33,2	33,1
Rússia		31,6	39,7	37,4	37,8
Indonésia	26,7	37,5	42,6	41,6	38,3
China	18,0	23,0	32,9	42,5	40,1
Chile	29,4	29,1	38,0	43,4	44,7
Filipinas	34,8	57,2	62,7	65,1	63,3
Hungria	39,7	58,3	72,1	69,6	71,2
Tailândia	39,6	52,5	70,3	74,6	77,1
Malásia	82,8	106,5	120,3	118,1	130,9
Mediana	20,3	28,9	32,7	35,3	35,5

Fonte de Dados: FMI e Banco Mundial. Elaboração própria.

\*Este trabalho contou com a assistência de pesquisa de Paulo Grahl e Luis Vivanco.

<sup>1</sup>Em particular, nas análises de *rating* soberano, onde este país tem uma avaliação AAA, embora apresente um déficit em conta corrente da ordem de 6,5% do PIB, um déficit público nominal de 2,6% do PIB, uma relação entre dívida líquida e exportações de 2,52, e uma relação entre dívida pública e receitas do governo de 2,08.